



Julio 2016 - ISSN: 1988-7833

## **PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL E A POLÍTICA DE INCLUSÃO PRODUTIVA**

José Bonifácio da Costa Poetsch

Odilon Leston Júnior

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

José Bonifácio da Costa Poetsch y Odilon Leston Júnior (2016): "Programas de transferência de renda no Brasil e a política de inclusão produtiva", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (julio-septiembre 2016). En línea: <http://www.eumed.net/rev/cccss/2016/03/renda.html>

### **Resumo**

Os programas de Transferência de Renda tem sido apontados como alternativas viáveis de enfrentamento da pobreza e da miséria. Neste capítulo fazemos uma breve exposição sobre os PTRs brasileiros, com ênfase ao PBF e ao BSM.

### **Abstract**

The cash transfer programs have been identified as viable fight against poverty and misery alternatives. In this chapter we give a brief presentation on the Brazilian PTR , with emphasis on GMP and BSM .

Palavras chave: Transferência de Renda, Bolsa Família e Sociedade.

Keywords: Income Transfer , Bolsa Família and Society.

### **Introdução**

Este artigo é parte integrante da dissertação defendida no Mestrado em Política Social da Universidade Católica de Pelotas, este trabalho pretende demonstrar no Brasil a adoção dos Programas de Transferência de Renda - PTRs como elementos estratégicos de enfrentamento da pobreza, através de auxílio financeiro associado à oferta de serviços nas áreas de educação, saúde, assistência social. Historicamente, tem sido cobrados compromissos, por parte da família beneficiária, voltados às áreas da saúde, educação e capacitação para o trabalho.

Conforme Silva et al (2004), os PTRs implantados no Brasil, datam da década de 1930 com a criação do salário mínimo, o qual deveria ser capaz de garantir a sobrevivência da família. Essa medida veio beneficiar o mercado que passou a exercer o controle da vida privada dos seus empregados. A questão do salário mínimo foi pauta das Constituições de 1946 e 1967 e, posteriormente em 1988, passou a ser considerado direito de todos os trabalhadores e um instrumento capaz de atender as necessidades do núcleo familiar.

No ano de 1986, foi criado o Seguro Desemprego, sendo considerado um elemento que daria segurança temporária ao trabalhador que perdesse, involuntariamente, o vínculo empregatício. Atualmente os critérios de concessão do benefício estão sendo modificados, se configurando numa afronta aos direitos trabalhistas.

A primeira discussão no Brasil sobre a introdução de um PTR que pudesse garantir condições de sobrevivência das pessoas em situação de desemprego ou em situação de emprego precário, possibilitando a redução da pobreza é identificada como de autoria de Antonio Maria da Silveira, o qual afirmava “a necessidade do estabelecimento de um programa governamental, proporcionando meios que permitam a gradativa e efetiva extinção da pobreza na medida do crescimento da economia” (SILVEIRA, 1975, p. 8)

Um dos mais significativos ensaios de Criação de Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) foi o de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que propôs uma complementação de renda, em torno de dois salários mínimos aos indivíduos maiores de 25 anos, desde que não ultrapassassem um determinado patamar de renda. Criticada por economistas que afirmavam que este projeto iria reduzir o número de trabalhadores disponíveis no mercado a proposta foi modificada.

Algumas experiências, em nível municipal e estadual foram implantadas. Campinas-SP, criou, através da Lei nº 8.261, de 06/01/1995, o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM) com foco em famílias com crianças de 0 a 14 anos em situação de risco. A cidade de Ribeirão Preto-SP, implantou o PGRFM, também no ano de 1995 o programa com o objetivo de garantir a manutenção das crianças e adolescentes nas escolas e creches e combater o trabalho infantil.

Na área da educação, houve a implementação do Programa Bolsa Familiar para a Educação, conhecido como programa Bolsa-Escola, no Distrito Federal cuja renda *per capita* não poderia ultrapassar meio salário mínimo. Neste programa as pessoas adultas tinham que comprovar a busca de trabalho, através da inscrição no Sistema Nacional de Emprego, SINE/DF. Para Rosa Marques:

Embora os programas de renda mínima, tal como vem sendo proposto no Brasil, possam ter efeitos distributivos, continuam sendo políticas compensatórias que apenas atenuam os problemas mais diversos da pobreza e da desigualdade social.

Não enfrentam o difícil e polêmico problema do sistema de proteção social em um cenário de transformações econômicas que geram desemprego, precarização do trabalho e exclusão social. E deixam inteiramente à margem o urgente debate sobre as alternativas capazes de alterar o quadro sócio-econômico responsável pelos baixíssimos níveis de renda de milhões de trabalhadores.(MARQUES,1997, p.187).

## **O Programa Bolsa Família**

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades e que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Programa integrou inicialmente o Programa Fome Zero, que foi lançado com o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada, contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome. Essa atividade deve ser articulada com ações e programas de qualificação e capacitação, envolvendo as famílias incluídas no Bolsa Família. O Programa possui três eixos principais: (a) transferência de renda; (b) condicionalidades; e (c) programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2012).

O Bolsa Família é considerado o principal programa estruturado com capacidade de intervenção social, de transferência de renda e de inclusão econômica e social dos seus participantes. Ações emancipatórias como o Projeto de inclusão socioproductiva, Plano setorial de qualificação (PLANEQ), Geração de Trabalho e Renda e o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), entre outros, são algumas partes de todo o complexo envolvido com este objetivo.

O PBF, criado no ano de 2004 através da Lei 10836/2004, unificou os programas Vale Gás, Cartão Alimentação e Bolsa Alimentação. De igual forma, faz referência à inclusão produtiva como possibilidade de romper com a questão geracional da pobreza. Este Programa, que faz a transferência de renda, quer beneficiar famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza (BRASIL, 2012).

Alguns estudos de economia mundial têm apontado a realidade vivenciada também na economia brasileira e seus reflexos na sociedade. Passa-se a comentar esses pontos. A tecnologia é um dos fatores de desemprego no mundo inteiro e quem acaba sobrando no mercado são exatamente os menos preparados, sem estudo formal e sem experiência. A utópica teoria do pleno emprego não existe nem mesmo em áreas onde não há mão de obra suficiente, cujos momentos de euforia da economia fazem parte de ciclos não tão duradouros. Nesse contexto, explica Marras (2011):

O meu posicionamento, com relação a este problema social, alinha-se à teoria marxista, pois penso que o desemprego não é resultado nem da ausência de livre mercado nem do mau funcionamento da economia, como prega a teoria Keynesiana,

mas da constante e profunda mudança tecnológica que exclui trabalhadores, criando um “exército de reserva”, isto é, de trabalhadores dispensáveis à produção (MARRAS, 2011, p. 33).

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda, sendo um dos mais conhecidos no Brasil, com o objetivo de retirar famílias em situação de pobreza, caracterizados com renda mensal de R\$ 70,00 a R\$ 140,00, e extrema pobreza com renda mensal por pessoa de até R\$ 70,00 (SILVA; LIMA, 2010, p. 70). O desempenho deste programa sofre críticas, sobretudo por não prever limites de tempo no recebimento pelos beneficiários. Mas, convém destacar a maneira democrática do seu funcionamento, envolvendo os três níveis de governo. Outro destaque citado pelo Banco Mundial, a sua estrutura e facilidade de controle. É um programa que determina condicionantes, envolvendo, de uma só vez, a educação e a saúde, quesitos fundamentais na busca da cidadania e da inclusão social. O Cadastro Único (CadÚnico) é o instrumento de controle e de inserção no programa governamental contribuindo para uma melhor focalização do Programa.

O Quadro 1 exibe um pequeno relato histórico e número de beneficiários alusivos aos Programas de Transferência de Renda, embasado no Ministério do Desenvolvimento Social - MDS (BRASIL, 2012).

#### QUADRO 1 - HISTÓRICO DOS PTRS

11 de abril de 2001 – Lei 10.219	Programa Nacional de Renda Mínima
24 de julho de 2001 – Dec 3.877	Cadastramento Único do governo federal
06 de setembro de 2001 – MP 2.206-1	Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Saúde - Bolsa Alimentação
24 de janeiro de 2002 – DL 4.102	Programa Auxílio Gás
13 de junho de 2003 – Lei 10.689	Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNNA)
09 de janeiro de 2004 – Lei 10.836	Bolsa Família
26 de outubro de 2011 – Lei 12.513	Pronatec
BENEFICIÁRIOS	

13.000.000 milhões no Brasil	
2007	412.206
2010	452.519 famílias no Rio Grande do Sul
2011	14.077 famílias em Pelotas

**Fonte: Adaptado do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS (BRASIL, 2012).**

O PBF é considerado um dos programas de transferência direta de renda mais importante com o objetivo de compensar a população de baixa renda dos efeitos do modelo econômico brasileiro. O referido Programa predomina nas últimas décadas, dando origem ao cenário proposto de gestão e operação das práticas de proteção social. Para tanto, algumas questões surgem: como combater a pobreza apenas com a baixa transferência monetária? Serão apenas formas compensatórias e disfarçadas apenas para aliviar esses problemas, deixando intactas questões fundamentais da estrutura brasileira?

Estas indagações acompanham os estudos sobre os programas de transferência direta de renda e a situação da população participante do PBF. Vários estudiosos e pesquisadores vêm apontando para a preocupação em dimensionar a existência e a magnitude dos fenômenos sociais no Brasil, no entanto, muito longe se está de conseguir visualizar e propor saídas razoáveis. Os trabalhos envolvem análises de cunho econômico e social sobre a atuação do PBF no Brasil.

O BPF é um programa oficial federal de transferência de renda destinada às famílias em situação de pobreza. Instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, com o objetivo de: promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, de educação e de assistência social; combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; combater o aumento da pobreza; e, fomentar a inclusão social, através dos vários segmentos envolvidos.

Os recursos distribuídos nos diversos programas sociais são considerados elementos que fazem movimentar o Produto Interno Bruto (PIB). Estes recursos são reinvestidos na cadeia produtiva, efetivando empregos.

Alguns programas definem o que deve ser consumido, interferindo demasiadamente na vontade e no desejo do beneficiário, seja induzindo-o ou obrigando-o a determinados consumos, negando o direito de decidir como melhor usar o benefício recebido. Vale destacar que isso não ocorre com o PBF.

A legislação em vigor referente aos Programas Sociais do país começou a surgir a partir da Constituição de 88, na década de 90, quando as políticas sociais começaram a aparecer de forma mais efetiva, encarando a pobreza como uma realidade a ser entendida e enfrentada.

Os programas sociais brasileiros viraram modelos para vários países do hemisfério sul e para alguns países ditos desenvolvidos. A dificuldade de construir um modelo de participação em todos os níveis governamentais, União, estados e municípios, desafiou os especialistas no sentido de criar espaços de participação. Outro desafio que a sociedade enfrentou foi em relação à unificação das definições técnicas, de forma que pudessem de alguma maneira, superar preconceitos quase insuperáveis.

A dualidade entre inclusão e exclusão e a não universalização, exige um olhar mais amplo sobre a questão da pobreza, entendendo que os Programas de Transferência de Renda necessitam estar articulados à outras políticas sociais que venha garantir o atendimento das demandas postas pelos beneficiários dos PTRs. Maria Ozanira Silva e Valéria Lima, no livro *Avaliando o Bolsa Família*, reforçam o processo de unificação de vários programas:

O processo de unificação dos programas de transferência de renda iniciou-se com a criação do Bolsa Família em 2003, desenvolvendo-se até 2007, quando foi praticamente concluída a migração dos quatro programas federais inicialmente definidos para unificação (Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação) para o Bolsa Família. Foi um processo implementado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e os municípios (SILVA; LIMA, 2010, p.34).

As experiências de transferência de renda, implementadas pelo governo federal, sempre estiveram vinculadas a segmentos populacionais específicos e às políticas setoriais, permanecendo a indagação sobre as possibilidades de uma efetiva proteção social.

O programa é gerido pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com os estados e municípios. As prefeituras são responsáveis pelo cadastramento das famílias, pela atualização e pelo controle da base de dados do Cadastro Único. Além disso, devem acompanhar o cumprimento das condicionalidades do benefício, além de promover ações complementares destinadas ao desenvolvimento autônomo e às sustentações das famílias pobres do município.

Nessas condicionalidades, as famílias devem participar das ações de acompanhamento da saúde e do estado nutricional dos filhos, matricular e acompanhar a frequência escolar das crianças no ensino fundamental, e participar de ações de educação alimentar. Com base nas informações do Cadastro Único, elaborado pelas prefeituras, o MDS seleciona as famílias a serem beneficiadas. O controle social sobre o programa é exercido mediante a constituição de comissões municipais intersetoriais e

paritárias. A Caixa Econômica Federal (CEF) é o agente operador do cadastro e do pagamento dos benefícios.

O PBF tem se consolidado como elemento importante para rompimento do ciclo intergeracional da pobreza, atingindo grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social com foco especial para crianças e jovens. Diante dessa consolidação muitas famílias temiam se desligar do Programa, por terem conseguido, temporariamente, renda maior que a de elegibilidade. Agora porém, é possível voltar a receber sem ter que passar pelo processo tradicional de concessão do benefício. Isso está ocorrendo através do retorno garantido, o qual permite "às famílias beneficiárias que se desligarem do Programa de forma voluntária o direito de retorno imediato ao Bolsa Família, caso voltem a ter o perfil para o programa num prazo de até 36 meses(FALCÃO et. al.;2014, p. 373).

O MDS, responsável pelo PBF, decidiu, em 2011, ampliar os programas voltados para a população em situação de miserabilidade ,criando assim o Programa Brasil Sem Miséria.

### **Plano Brasil Sem Miséria: antecedentes**

Em junho de 2011 foi criado o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) com o objetivo de dar continuidade às ações de combate a miséria que vinham sendo desenvolvidas pelo Ministério de Desenvolvimento Social, mais especificamente, através do Programa Bolsa Família. De acordo com Tereza Campello et. al

No ano de 2010, tiveram início as discussões sobre os desafios e próximos passos necessários para garantir a continuidade da redução da pobreza e da desigualdade no Brasil. Havia um consenso entre especialistas de diferentes campos acerca da necessidade de aprofundar os avanços sociais alcançados, com a saída de 28 milhões de brasileiros da pobreza desde o início da gestão do Presidente Lula em 2003. O binômio *elevação do emprego e distribuição de renda* havia sido o principal responsável pelo alcance de resultados positivos em um curto período de tempo. Entretanto, diferentes setores concordavam, no âmbito das discussões sobre desenvolvimento social, que era essencial aprofundar as políticas de redução das desigualdades e de ampliação da rede de proteção social, garantindo que o *núcleo duro da pobreza* fosse também incluído no ciclo de desenvolvimento pelo qual passava o país. (CAMPELLO et. al.; 2014, p. 37).

Sua estrutura está pautada em tres eixos: O primeiro trata de garantir s famílias que se encontram em situação de extrema pobreza o acesso a renda, através do PBF e do BPC. O segundo está voltada para a garantia da oferta de serviços de saúde, assistência e educação e demais serviços que se mostrarem necessários.O último eixo prevê estratégias a serem adotadas nos diferentes níveis de governo, para garantir de forma mais qualificada o ingresso dos beneficiários no mercado de trabalho. De acordo com Luiz Henrique Paiva et.al. (2014),

O Brasil sem Miséria não apenas se estruturou ao longo das tres dimensões que já haviam guiado a criação do Programa Bolsa Família antes (acesso á renda; aos serviços de educação e saúde, por meio das condicionalidades; e ações complementares, voltadas para melhorar as perspectivas de curto prazo dessa famílias no mercado produtivo), ele reforçou tremendamente essas dimensões tanto por meio do redesenho do Bolsa Família quanto pela incorporação, articulação e mesmo criação de uma série de ações e programas de governo voltadas para esse público (PAIVA et.al., 2014, p.366)

O desenho do BSM pode ser visualizado pela imagem a seguir apresentada

**Figura 5 - Brasil sem Miséria**



FONTE: MDS

Como estratégia do BSM, conforme pode ser visualizado na figura, está a proposta de aprimorar os Programas de Transferência de Renda, envolvendo o PBF, o BPC, o PETI e o Projovem Adolescente. Cabe ressaltar que estes programas permanecem como elementos importantes no processo de redução da miséria. Sintetizamos, brevemente os Programas destacados:

1) Programa Bolsa Família: Embora já apresentado anteriormente cabe ressaltar, novamente, que ele foi criado em 2003 em decorrência do processo de unificação de programas nacionais de transferência de renda envolvendo os o Bolsa Alimentação (Ministério da Saúde) Auxílio Gás (Ministério das Minas e Energias) Bolsa - Escola (Ministério de Educação e o Cartão Alimentação (MESA) dando origem ao Programa Bolsa Família, lançado no dia 20 de outubro de 2003.

2) Benefício de Prestação Continuada - BPC. O repasse financeiro no valor de um salário mínimo mensal, pode ser acessado por pessoas idosas e pessoas com deficiência (PCDs) que não possuem condições de sobrevivência e que tenham renda

*per capita* seja inferior a ¼ do salário mínimo. O valor da transferência é equivalente a um salário mínimo mensal. No caso dos deficientes não idosos, apenas aqueles considerados incapacitados para uma vida independente e para o trabalho podem solicitar o benefício no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A partir da avaliação social e médica realizada será confirmada ou não a liberação do recurso. Cabe destacar que a delimitação da renda (1/4 do salário mínimo) é um aspecto bastante limitador de acesso ao benefício.

Este benefício, apesar de ser operacionalizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), é um benefício assistencial e foi regulamentado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, sendo coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e passando a ter particularidades que superam o assistencialismo ao assumir “características de certeza e regularidade, o que o diferencia das tradicionais provisões de assistência na forma de programas, projetos e serviços, cujo traço comum é o da descontinuidade e da incerteza” (GOMES in MACIEL, 2008, p.39), mesmo que para acessá-lo seja necessário passar por um processo rígido e repleto de restrições.

O BPC é um benefício da Política de Assistência Social, que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. É um benefício individual, não vitalício e intransferível, que assegura a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (MDS, 2012).

3) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI – Este programa tem como foco a retirada de crianças e adolescente de atividades laborais. O Programa é financiado com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e co-financiado pelos estados e municípios, podendo contar com a participação financeira da iniciativa privada e da sociedade civil. O PETI tem como critérios de inserção e de permanência:

Retirada de todos os filhos menores de 16 anos do trabalho; Manutenção de todos os filhos entre 7 e 15 anos na escola; Apoio à manutenção dos filhos nas atividades de jornada ampliada; proporcionar apoio e orientação às famílias por meio de ações socioeducativas; promover e implementar programas e projetos de geração de renda às famílias (Brasil, Cartilha do PETI, 2005)

4) ProJovem Adolescente: Destinado a complementar a proteção social básica, ofertada nos CRAS, tem como foco o direito a convivência familiar e comunitária, criando também, condições de permanência dos jovens na escola.

É possível perceber que todos os programas apresentados tem como elemento chave a questão da família, foco da política de assistência social e base do critério de

seleção dos programas sociais. Basta citar o PBF, que apresenta no próprio nome que é o alvo das suas ações.

Com relação ao Cadastro Único será apresentado um tópico específico considerando sua importância no processo de inserção em Programas Sociais.

É possível perceber que no BSM, também a família aparece como referência, com a proposta de inserção no Mercado de Trabalho de jovens e adultos mais pobres, contemplando "tres grandes vertentes: o empreendedorismo, as atividades ligadas a economia solidaria e o emprego" (CAMPELLO *et. al.*; 2014, p.99)

De acordo com o MDS (2014), parcerias foram firmadas para dar conta dessas vertentes. Com o Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) no âmbito do Programa do Microempreendedor Individual (MEI), envolvendo em torno de 400 mil empreendedores do Bolsa Família; 11,2 mil empreendimentos de economia popular e solidaria realizadas pela Secretaria Nacional de Economia Solidaria (SENAES); créditos por meio do Programa de microcrédito produtivo orientado Crescer, envolvendo pessoas do Cadastro Único. E, finalmente 1,5 milhão de pessoas matriculadas no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), coordenado pelo MEC.

De acordo com Patrícia Vieira da Costa *et. al* (2014) um grande contingente populacional pobre no Brasil, inclusive os beneficiários do PBF, estão inseridos no mercado de trabalho, mas sua inserção ocorre de maneira precária, com rendimentos pouco significativos e instáveis, sendo necessário . incentivar os municípios a apostarem em atividades relacionadas à inclusão produtiva. Corroborando com este pensamento Constanzi (2008) aponta que:

A exploração do trabalho não decorre mais apenas da propriedade dos meios de produção, mas também da transformação do mercado de trabalho em loteria ou em cassino onde os “vencedores” exploram os “perdedores”. (CONSTANZI, 2008, p.14)

### **Considerações Sobre A importância do Cadastro Único para as Ações de Inclusão Produtiva**

O Cadastro Único foi criado, através do decreto 3.877 de julho de 2001, para subsidiar os programas voltados ao enfrentamento da pobreza, sendo uma base de dados que armazena um leque muito grande de informações das famílias atendidas ou a espera de atendimento, pretendendo ser uma única base de dados que pudesse conter todas as informações relativas aos usuários. No decreto de criação, datado de 24 de julho de 2001, o artigo primeiro está com a seguinte redação "fica instituído o formulário anexo, como instrumento de cadastramento único para ser utilizado por todos os órgãos públicos federais para a concessão de programas focalizados". Posteriormente, no ano de 2007 foi revogado este decreto e criado um novo modelo de Cadastro Único, contendo no artigo segundo:

O Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico é instrumento de identificação e caracterização sócio-econômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para a seleção de beneficiários e integração de programas sociais do governo federal voltados ao atendimento desse público. (Brasil, 2015, p.1)

O objetivo do Cadastro Único é o de propiciar ao poder público informações corretas que permitam maior agilidade no atendimento aos mais pobres, sendo um instrumento importante para apontar demandas e impulsionar ações intersetoriais que efetivamente gerem políticas sociais que alterem o quadro de pobreza e miséria que agora está tornando-se visível a partir da existência do CADÚNICO, que em 2010, tinha como slogan " Conhecer para incluir" .

Para forçar os municípios manterem o CADÚNICO atualizado o repasse de recurso aos municípios varia de acordo com o número de famílias cadastradas, não apenas as que recebem o PBF, mas aquelas que possuem renda mensal per capita de até meio salário mínimo. É preciso que os municípios atinjam pelo menos, índices mínimos de desempenho da gestão descentralizada.

O IGD é um índice de qualidade da gestão que combina integridade, qualidade e atualização das informações constantes do CadÚnico e informações sobre os cumprimentos das condicionalidades das áreas de Educação e Saúde.

### Referências

ABREU, L. R. Bolsa Família: uma política pública de acesso aos direitos sociais. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 94, nov 2011. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=10740](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10740)>. Acesso em: 26 ago. 2014.

ARAÚJO, Odília Sousa de. O Direito à Seguridade Social. In: BENECKE, Dieter W, NASCIMENTO, Renata (orgs.) **Política social preventiva: desafio para o Brasil**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2003.

BARBOSA, R. N. C. **A Economia Solidária como Política Pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BARRETO, F.; NETO, P.; TEBALDI, E. Desigualdade de renda e crescimento econômico no nordeste brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 32, n. Especial, p. 842-859, 2001.

BARROS, R. et al. Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA , 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Bolsa Família. 2012. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em: 6 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Orçamento Federal ao Alcance de Todos: Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2012. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm)>. Acesso em: 6 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Plano Brasil sem miséria. 2012a. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3ADC4216013AFEDDE3BF6946/APRES%20PLANO%20BRASIL%20SEM%20MIS%C3%89RIA%2006112012.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sistema Único de Assistência Social. 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>> Acesso em: 6 jul. 2012.

BRASIL. Decreto 6.135, de 26 de junho de 2007. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm)>. Acesso em 13 dez.2014)

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

CAMPELLO, Tereza;FALCÃO, Thiago; COSTA, Patrícia Vieira. **O Brasil Sem Miséria**. Brasília: MDS, 2014.

CASTRO, J. A. et al. Desafios para a inclusão produtiva das famílias vulneráveis: uma análise exploratória. Texto para discussão nº 1486. Brasília, abr. 2010. Disponível em: <[http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1486.pdf](http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1486.pdf)>. Acesso em: 8 set. 2014.

CHIAVENATO, I. **Recursos humanos: edição compacta**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

COLIN, Denise et.al.;O Plano Brasil Sem Miséria e a contribuição da Política de Assistência Social na oferta de Serviços para a garantia de necessidade básicas. In: CAMPELLO, Tereza;FALCÃO, Thiago; COSTA, Patrícia Vieira. **O Brasil Sem Miséria**. Brasília: MDS, 2014.

COUTO, Berenice Rojas. O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível? 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COSTA, Patrícia Vieira da; et.al. **A Estratégia de Inclusão Produtiva urbana no Plano Brasil sem Miséria.** In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Thiago; COSTA, Patrícia Vieira. **O Brasil Sem Miséria.** Brasília:MDS, 2014.

COSTANZI, Rogério. texto de Discussão 1100.Brasília, 2008.

COUTINHO, E. S. Programa Bolsa Família: do bolsa escola à inclusão produtiva. 2013.. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/10041/1/ELEN%20DA%20SILVA%20COUTINHO.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2014.

CUNHA, E. P.; CUNHA, E. S. M. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, A.; SALLES, F., GUIMARÃES M.; UDE, W. (orgs.) **Políticas públicas.** Belo Horizonte: UFMG; PROEX, 2002.

DOWBOR, L. **Brasil: um outro patamar:** propostas de estratégias. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil [Série Cadernos FLACSO n. 4], 2010.

FALCÃO, Tiago;COSTA, Patrícia Vieira. A Linha de Extrema Pobreza e o público alvo do Plano Brasil sem Miséria.In: CAMPELLO, Tereza;FALCÃO, Thiago; COSTA, Patrícia Vieira. **O Brasil Sem Miséria.** Brasília: MDS, 2014.

FRANCO, A. **Pobreza e Desenvolvimento Local.** Brasília: ARCA Sociedade do Conhecimento, 2002.

FONSECA, Ana. A evolução histórica das políticas sociais no Brasil. In: CANELA, Guilherme (org.). **Políticas Públicas Sociais e os desafios para o Jornalismo.** ANDI:CORTEZ, 2008.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GRANEMANN,Sara. Políticas Sociais e Serviço Social. In: : REZENDE, Ilma; CAVALCANTI, Ludimila Fontenele. **Serviço Social e políticas sociais.** Rio de janeiro. Editora UFRJ, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo IBGE 2010. Disponível em: <[censo2010.ibge.gov.br/](http://censo2010.ibge.gov.br/)>. Acesso em: 7 jul. 2013.

IFSUL – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Aula inaugural dá a largada para o Pronatec 2013 no câmpus Pelotas. Disponível em: <[http://pelotas.ifsul.edu.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=558%3Aaula-inaugural-da-a-largada-para-o-pronatec-2013-no-campus-pelotas&catid=4%3Anoticias&Itemid=1](http://pelotas.ifsul.edu.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=558%3Aaula-inaugural-da-a-largada-para-o-pronatec-2013-no-campus-pelotas&catid=4%3Anoticias&Itemid=1)> Acesso em: 7 jul. 2013.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Sem renda do Bolsa Família, miséria seria 36% maior. 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=20220](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20220)> Acesso em: 26 ago. 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARQUES, Rosa Maria. **A proteção Social e o mundo do trabalho**. São Paulo, Biental, 1997.

MARRAS, J. P. **Gestão de pessoas inovadoras**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MATTEI, Lauro. Panorama atual da pobreza na América Latina e políticas para seu combate. In: MATTEI, Lauro (org.) **A América Latina no limiar do século XX**: temas em debate. Florianópolis: Insular, 2011.

MEDEIROS, Marcelo. Os ricos e a formulação de políticas de combate à desigualdade e à pobreza no Brasil. Texto para Discussão, Brasília: IPEA, n.984, outubro. 2007.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2011.

NUNES, A.; SANTOS, J. R. S.; BARATA, R. B.; VIANNA, S. M. (Coords.) – Medindo as desigualdades em saúde no Brasil. Uma proposta de monitoramento. Brasília, DF. Organização Panamericana da Saúde, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2001. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/medindo\\_desigual.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/medindo_desigual.pdf)> Acesso em: 26 ago. 2014.

PAIVA, Beatriz Augusto de; OURIQUES, Nildo. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais. Quão distante está o horizonte? In: **Katálisis**. v.9.2 Florianópolis; EDUFSC, 2006.

PAIVA, Beatriz Augusto de; CARRARO, Dilceane; ROCHA, Mirella Farias. Políticas Sociais na América Latina: a superexploração do trabalho e outras contradições. In: MATTEI, Lauro (org.) **A América Latina no limiar do século XX**: temas em debate. Florianópolis: Insular, 2011.

PAULUS JUNIOR, A.; CORDONI JUNIOR L. Políticas Públicas de Saúde no Brasil. Revista Espaço para a Saúde, Londrina, v.8, n.1, p.13-19, dez.. 2006. Disponível em: <[http://www.ccs.uel.br/espacoparasaude/v8n1/v8n1\\_artigo\\_3.pdf](http://www.ccs.uel.br/espacoparasaude/v8n1/v8n1_artigo_3.pdf)>. Acesso em: 7 ago. 2014.

PELOTAS. Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social. Relatório Anual. Serviços de Proteção Básica 2010. Documento impresso. Pelotas, 2010

PELOTAS. Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social. Relatório Anual. Serviços de Proteção Básica 2011. Documento impresso. Pelotas, 2011

PELOTAS. Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social. Prefeitura integra o AcessuasTrabalho. **Disponível em:**

<<http://www.pelotas.rs.gov.br/noticias/detalhe.php?controle=MjAxNC0wMS0yMg==&codnoticia=35950>> Acesso em 28. jan.2014

PELOTAS. Plano Municipal de Saúde 2007-2009. Disponível em: <[http://www.pelotas.rs.gov.br/politica\\_social/saude/arquivos/plano\\_municipal\\_saude.pdf](http://www.pelotas.rs.gov.br/politica_social/saude/arquivos/plano_municipal_saude.pdf)> Acesso em: 7 jul. 2013.

PELOTAS. Conheça Pelotas. Disponível em:<<http://conhecapelotas.blogspot.com.br/2009/03/freguesia-de-sao-francisco-depaula.html>>. Acesso em 7 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Mapa do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.rsgtransporte.com.br/mapa.html>> Acesso em 9 jul. 2013.

ROCHA, M. A. Industrialização e diversificação da economia. Expansão. 2012. Disponível em: <[http://expansao.sapo.ao/home/opinioes/colunistas/artigos/manuel\\_alves\\_da\\_rocha](http://expansao.sapo.ao/home/opinioes/colunistas/artigos/manuel_alves_da_rocha)> Acesso em: 26 ago. 2014.

SERRA, Rose. A política pública de emprego, trabalho e renda no Brasil: estrutura e questões. In: **Revista Políticas Públicas**. São Luís, jul/dez.2009

SILVA, Maria Magdala Vasconcelos de Araujo. A política de trabalho e renda e o Serviço Social. In: REZENDE, Ilma; CAVALCANTI, Ludimila Fontenele. **Serviço Social e políticas sociais**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2006.

SILVA, M. O. S.; LIMA, V. F. S. **Avaliando o Bolsa Família**: unificação, focalização e impactos. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, M. O. S; YASBECK, M. C. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo. São Paulo: Cortez ; São Luiz , MA: FAPEMA, 2008.

SILVA, Josué Pereira da. Repensando a Relação entre Trabalho e Cidadania Social. In: **Revista São Paulo em Perspectiva.Seguridade, crise e Trabalho**. São Paulo: SEADE, 1995.

SILVEIRA, Antonio Maria da. “Redistribuição de renda”. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro : FGV, vol. 29, nº 2, abr./jun. 1975.

SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica. Consulta Pública ao Acordo do Sistema S. 2013. Disponível em: <[http://sitesistec.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=278&Itemid=213](http://sitesistec.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=278&Itemid=213)>. Acesso em: 7 jul. 2013.

SPOSATI, A. Transferência de renda para família: de política residual a direito incondicional de crianças e adolescentes. Brasil. BIEN, 2010.

TRALDI, M. C.; DIAS, R. **Monografia passo a passo**. Campinas, SP: Alínea (Edição Especial), 2009.

TELES, Vera Maria. Pobreza e Cidadania: dilemas do Brasil Contemporâneo. **Cadernos CRH**, Salvador, n.19. p.8-21, jun./dez. 1993.

TRIERWEILLER, Roberta Rodrigues. Gênero e Cidadania feminina no Programa Bolsa Família: um estudo no Loteamento Dunas em Pelotas/RS. Dissertação Apresentada ao Programa de Pós Graduação em Política Social. Universidade Católica de Pelotas, 2014.

VIANA, A.L; ELIAS, P.E; IBÁÑEZ, N.(org.). **Proteção Social: dilemas e desafios**. São Paulo: HUCITEC, 2005.

VIZIOLI, M. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Pearson, 2010.